

-----**ATA NÚMERO 17/2019**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,  
REALIZADA EM DOIS DE MAIO DO ANO DOIS MIL E  
DEZANOVE.**-----

-----Aos dois dias do mês de maio do ano dois mil e dezanove, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Presidente, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes o Vice-Presidente, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia e os Vereadores: Jorge Miguel do Vale Fernandes, Idalina Perestrelo Luís, Joana Carolina Oliveira da Silva, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Ana Cristina Monteiro dos Santos, Bruno Ferreira Martins e João Pedro Mendonça Vieira. A secretariar esteve presente Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão do Atendimento e Administração.-----

---Estiveram também presentes nesta reunião as Adjuntas do Gabinete de Apoio à Vereação, Sandra Silva e Sandra Machado.----

-----Verificado o quórum, o Presidente da Câmara, Paulo Cafôfo, declarou aberta a reunião.-----

**AUSÊNCIAS:** - Verificou-se não estarem presentes os Vereadores do PSD, Rubina Maria Branco Leal Vargas e Elias Rodrigues Homem de Gouveia, considerando-se justificadas as respetivas faltas.-----

**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída

em minuta aos Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

**INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO:** - Ao iniciar este período, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, alertou para a degradação dum prédio na Rua dos Ferreiros, número duzentos e vinte quatro, que aparentemente se encontra degradado com a agravante de uma das janelas estar em risco eminente de cair para a via pública.-----

----- - Relativamente a esta questão, o Vereador Bruno Martins, da Confiança, agradeceu o alerta, referindo, a este propósito, a existência de uma lista com prédios nestas condições cujos proprietários já foram alertados para tal e chamados à responsabilidade. Disse ainda que mandaria verificar esta situação junto dos serviços competentes.-----

----- - Intervindo sobre este assunto, o Vereador João Pedro Vieira da Confiança, referiu: “A maior parte dos casos de prédios nesta situação já foram identificados e notificados os respetivos proprietários. Quando existe risco de queda para a via pública, a Fiscalização Municipal ou a Proteção Civil Municipal efetuam uma delimitação do espaço, estabelecendo um perímetro de segurança, evitando que haja perigo para quem circula”.-----

-----Continuando na sua intervenção, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, questionou o prazo de resolução para estas questões.-----

----- - O Vereador Bruno Martins, da Confiança, esclareceu que

“caso já tenha sido enviado ofício o processo terá continuidade, caso contrário o processo terá início com o ofício a informar do estado de degradação do prédio”.-----

----- - Por sua vez, o Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, acrescentou: “A Fiscalização tem vistorias diárias e muitas vezes é feita uma avaliação de imediato e oficiado aos proprietários, sendo que a resolução, muitas vezes, é mais complexa devido a várias circunstâncias, nomeadamente as questões de herdeiros, mas em caso de perigo iminente a Câmara poderá intervir diretamente”.-----

----- - Usando da palavra, a Vereadora Joana Silva, do PSD, e em relação à colocação de um elevador no edifício da Câmara Municipal, questionou se existia acompanhamento arqueológico e se tinham sido solicitados pareceres.-----

----- - Quanto a esta questão, o Vereador Bruno Martins, da Confiança, disse ser esta uma obra no âmbito da mobilidade e que não irá alterar a fachada do edifício permitindo o acesso a pessoas com mobilidade reduzida. Informou ainda que a Autarquia tem sido muito respeitosa no que se refere aos pareceres da Direção Regional de Cultura, informando, a este propósito, que a obra da Praça do Município fora adiada devido a um parecer daquela entidade (DRC).-----

-----Retomando a palavra, o Vereador do PSD, Jorge Miguel Fernandes, disse terem sido alertados para uma reclamação, que também foi pública, numa situação em que a proprietária aguarda desde o dia nove de janeiro que a Câmara retire um obstáculo,

colocado no domínio público municipal, na Travessa do Lombo da Quinta, São Gonçalo, e que está a impedir o acesso à moradia, questionando a demora na resolução desta questão.-----

----- - Sobre esta questão, o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, referiu: “O ferro colocado não está em domínio público municipal, está sim no limite da propriedade privada e que foi comprovado com a entrega de elementos e que efetivamente impossibilita o acesso automóvel mas não impede a passagem pedonal à moradia. Trata-se de um desentendimento entre vizinhos e após verificação dos serviços, constatou-se que a zona onde foi colocado o ferro é de domínio privado”.-----

----- - Intervindo sobre esta questão, o Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, informou que na próxima semana vai receber esta munícipe, de forma a clarificar a atuação da Câmara e tentar perceber como dirimir este diferendo entre vizinhos.-----

-----Seguidamente, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, referiu: “Foi noticiado na imprensa que a “Frente MarFunchal”, que apesar de ter uma gestão autónoma, não deixa de ser uma empresa tida pela Autarquia e cuja situação revelada, a ser verdade, é grave, uma vez que se trata dos salários dos funcionários, ganha-pão de várias famílias, agravando-se pelo facto dos salários serem despesas previsíveis e que devem ser antecipadamente contabilizadas e existir a devida reserva monetária para esse efeito. Questiono a razão de tal acontecido e se os salários de abril serão pagos em breve”.-----

----- - Intervindo sobre esta questão, o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, referiu ter esclarecido esta questão na Sessão da Assembleia Municipal no passado dia 29 de abril. “Expliquei todo o processo e que existem contas penhoradas pela Autoridade Tributária devido a uma questão do IVA. O que referi na Assembleia Municipal continua a ser válido e é uma consequência da penhora de contas por parte da Autoridade Tributária que só na terça-feira solicitou mais elementos para analisar o pedido feito, de pagamento em prestações do IVA em atraso, pedido este elaborado antes da penhora. Quero referir que parte dos ordenados já foram pagos e os restantes serão pagos, possivelmente, no dia de amanhã”, sublinhou.-----

-----Intervindo novamente, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, referiu que a situação a ser regularizada no dia seguinte era uma boa notícia, suscitando no entanto algumas dúvidas de como seria nos meses seguintes.-----

----- - Tomando a palavra, a Vereadora Ana Cristina Santos, referiu que “este assunto era um dos que o CDS/PP iria trazer à presente reunião, nomeadamente sobre qual a atitude da Câmara perante esta questão, pois trata-se de um problema de gestão financeira e na Assembleia Municipal foi referido que os salários dos trabalhadores estariam garantidos”, ao que o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, referiu que “a Câmara garantirá sempre os salários dos trabalhadores e o que o administrador referiu é que, a exemplo de uma empresa privada, os pagamentos dos salários são

efetuados até ao dia 8 de cada mês. Já foram pagos parte e existe a garantia de que até dia 8 serão pagos os restantes. Caso exista algum impedimento a Autarquia irá fazê-lo e nenhum funcionário ficará sem o seu salário”.-----

----- - Por sua vez, o Presidente da Câmara, Paulo Cafôfo, interveio para referir que o prazo de pagamento legal era até ao dia oito (8) do mês seguinte e que seria cumprido.-----

----- - Usando, de novo, da palavra e ainda relacionado com esta questão, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, disse que apesar de a lei prever o pagamento até ao dia oito (8), existiam prestações de créditos de habitação que deveriam ser pagas a vinte e cinco (25) e, não havendo salários, poderia provocar constrangimentos às pessoas.-----

----- - Intervindo novamente, a Vereadora Ana Cristina Santos, do CDS/PP, questionou, no futuro, que medidas seriam tomadas a fim de evitar uma situação semelhante à que vem acontecendo nestes últimos meses na empresa Frente MarFunchal.-----

----- - O Vice-Presidente, Miguel Gouveia, intervindo, disse: “O facto de não existirem contas penhoradas é um bom princípio e também o da Autoridade Tributária, em princípio, aceitar sempre o pagamento em prestações a todas as entidades que o solicitem. Como já referido em Assembleia Municipal, existiam duas opções: ou fazíamos como o PSD, que era deixar a Frente MarFunchal fazer as suas contas, e no fim do ano era feita uma transferência de verbas, ou damos condições e recursos para evitar que a Câmara

tenha que sistematicamente fazer estas transferências. Neste processo ainda não se encontrou o equilíbrio perfeito, para além da existência de um conjunto de fatores externos que desequilibraram o processo, existindo, porém, todas as condições para que a Frente MarFunchal seja autónoma e se porventura se verificar que são necessários ajustes serão efetuados, estando sempre salvaguardados os salários dos trabalhadores e os serviços prestados por esta empresa, quer do ponto de vista da gestão do espaço público, ao nível dos estacionamento, como dos complexos balneares e jardins”.

----- - O Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, referiu que “a teoria anunciada, na prática, não aconteceu, o ensejo e visão e de que no passado o PSD dava à Frente MarFunchal como se nada fosse e está a fazer-se a mesma coisa, lembrando que em 2016, os resultados daquela empresa foram negativos em 312 mil euros, em 2017, negativos em 330 mil euros e em 2018 acresce meio milhão de euros pela compensação da redução das receitas brutas de 52% para 5% e em 2019 esperaremos para ver o que acontece”.

----- - Usando da palavra e sobre esta questão, o Vice-Presidente Miguel Gouveia, referiu: “Em 2008, foram entregues 715 mil euros pela Câmara à Frente MarFunchal. Em 2009, foram entregues 200 mil euros, em 2010, 250 mil euros, em 2011, 340 mil euros, no ano de 2012 foram entregues 542 mil euros, em 2013, 501 mil euros a que se acrescenta 1 milhão e duzentos mil euros de recuperação de capitais próprios e estas situações aconteceram até

2014, pelo que se deve deixar esta ideia que muitas vezes os Vereadores do PSD vendem, de que a Frente MarFunchal era o céu na terra antes de este Executivo ter decidido entregar os parquímetros de forma a terem autonomia financeira que não o era. Era uma empresa fortemente dependente da Câmara e o que estamos a fazer é dar-lhes autonomia. Temos encontrado dificuldades sim, mas não digam que no passado eram rosas porque não era. Houve um crime de corrupção que foi transitado em julgado e o administrador designado pelo PSD foi condenado”.--

-----O Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, acrescentou que o que dissera foi que o presente não era em nada melhor que o passado, infelizmente.-----

----- - Intervindo a Vereadora Idalina Perestrelo, da Confiança, reiterou a confiança no atual administrador da Frente MarFunchal, referindo que o mesmo tem executado um trabalho excelente.-----

----- - Usando da palavra, o Presidente da Câmara, Paulo Cafôfo, referiu que “esta empresa tem atravessado algumas situações que impossibilita que o equilíbrio financeiro possa ainda ser uma realidade. Foi delineada uma estratégia, mas que tem sofrido algumas dificuldades e que começou por ser uma questão da sua autossustentabilidade. A questão da não prorrogação dos parquímetros com a SEP foi uma opção deste Executivo para evitar aquelas que eram as transferências habituais anualmente e considerarmos que esta é a estratégia correta. Tivemos que resolver problemas graves da Frente MarFunchal que vieram do passado,



como por exemplo, a dívida de um empréstimo à Caixa Geral de Depósitos, de 800 mil euros, referente à instalação de uma pista de gelo e que está a ser regularizada. Também a questão dos funcionários dos parques cobertos que passaram para a gestão da Câmara ainda com o PSD e que foram incorporados nos quadros da Autarquia. A questão da indemnização do funcionário e agora do IVA o que mostra que os problemas existem em que em termos de liquidez têm afetado a empresa. Relativamente à questão dos salários, refiro que o pagamento será feito até ao dia 8, sendo que o atual administrador é competente, responsável, empenhado e tem feito tudo o que está ao seu alcance para resolver as situações com sucesso e esta será mais uma que será ultrapassada tendo em conta aquilo que é o objetivo de esta empresa ser viável e sustentável no âmbito dos serviços que presta”.-----

----- - De seguida, o Vereador do PSD, Jorge Miguel Fernandes, relembrou uma entrevista do Presidente da Câmara, em dois mil e catorze, em que referia que a partir dessa data a Frente MarFunchal seria sustentável. “Estamos em 2019!”, frisou.-----

----- - O Presidente da Câmara, Paulo Cafôfo, refutou: “Estamos nesse caminho e não retiro uma única palavra do que disse”.-----

----- - Usando da palavra, a Vereadora Joana Silva, do PSD, referiu que na última Assembleia Municipal fora aprovada, por maioria, uma proposta para um procedimento civil extra judicial de apoio às vítimas da tragédia do Monte, questionando como seria operacionalizada essa proposta, como e quando irão dar

continuidade à mesma.-----

----- - Sobre esta questão, o Vice-Presidente, Miguel Gouveia, informou que “a proposta foi encaminhada para o Departamento Jurídico da Autarquia para perceber quais os expedientes legais que poderão ser utilizados para implementar esta proposta, dado que a mesma fere um conjunto de legislação, não existindo enquadramento legal à primeira vista para poder aplicá-la, estando a ser analisada e estudada pelos serviços. Foi também questionado aos serviços respetivos os procedimentos que a Câmara tomou, aquando da tragédia do 20 de fevereiro, na indemnização às vítimas, para constatar se podemos seguir um caminho semelhante”.-----

----- - Intervindo, a Vereadora Ana Cristina Santos, do CDS/PP, disse que os moradores da Rua João Paulo II, solicitavam a colocação, na placa toponímica da referida rua, a palavra “Santo”, em virtude de João Paulo II ter sido beatificado em dois mil e catorze.-----

----- - O Vice-Presidente, Miguel Gouveia, sobre esta questão, disse: “Se for só acrescentar na placa, entre aspas, não existe inconveniente, caso contrário, teriam que ser alteradas todas as moradas daquela artéria”.-----

-----Retomando a palavra, a Vereadora Ana Cristina Santos, do CDS/PP, questionou o ponto de situação do Cartão “Eco Funchal” e quais as escolas que estavam envolvidas neste ponto experimental, ao que a Vereadora Idalina Perestrelo, da Confiança,

informou que iria averiguar junto dos serviços e que transmitiria a informação numa próxima reunião.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

**1 – OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA:**-----

----- - **Fábrica da Igreja Paroquial da Vitória/Santa Rita –**

**Isenção de Taxas:** - Perante o requerimento da Fábrica da Igreja Paroquial da Vitória/Santa Rita (proc.º14816/19), solicitando a isenção de taxas pela colocação de quarenta e sete (47) mastros na Rampa da Igreja de Santa Rita, Rua Nova de Santa Rita, Estrada da Vitória e Caminho da Lombada, freguesia de São Martinho, entre os dias vinte e três e vinte e oito de maio p.f., por ocasião da festa em honra de Santa Rita, a Câmara, tendo por base a informação da Divisão de Mobilidade e Trânsito (ref.ª 753/DOT/DMT/2019), deliberou, por unanimidade, deferir.-----

**2 – ACIDENTES NA VIA PÚBLICA/INDEMNIZAÇÕES:** - A Câmara deliberou, em função do solicitado por António Ricardo Nunes Correia (proc.º 49324/18) e com base na informação da Divisão de Mobilidade e Trânsito (ref.ª 110/DOT/DMT/201a), aprovar, por unanimidade, o pagamento da importância de € 439,20 (quatrocentos e trinta e nove euros e vinte centimos), referente aos estragos causados na viatura “Toyota Corolla” (matrícula 64-EL-34), provocados pelo embate numa tampa metálica de adufa, que se encontrava deslocada, na Rua da Ribeira de João Gomes.-----

----- - Foi unanimemente deliberado, em função da exposição de Ferdinando Pelágio (proc.º 41670/18) e com base na informação da Divisão Jurídica (refª 5/DJF/DJ/2019), aprovar o pagamento da importância de € 214,49 (duzentos e catorze euros e quarenta e nove cêntimos), referente às despesas de medicação apresentadas, pelos danos físicos sofridos, aquando da queda na Rua do Seminário, freguesia da Sé, devido a uma barreira metálica de proteção (prumo) parcialmente tombada sobre o passeio.-----

**3 – PESSOAL:**-----

-----**3. 1 - Processo Disciplinar**: - Em face do processo disciplinar (nº 05/2012), instaurado ao funcionário (nº 10838), Assistente Operacional (Coveiro), a exercer funções no Departamento de Ciência e Recursos Naturais – Divisão de Jardins e Espaços Verdes, por falta de zelo (alcooteste positivo), a Câmara deliberou, por unanimidade, mediante escrutínio secreto, aplicar a pena de repreensão escrita, nos termos e com os fundamentos do relatório final.-----

**ENCERRAMENTO:** - Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara, Paulo Cafôfo, deu por encerrada a reunião às onze horas e quinze minutos.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

-----  
-----  
Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 208/2019, publicada nos locais de estilo.